



DA RECREAÇÃO AOS ESTUDOS DO LAZER: UM RESGATE HISTÓRICO, CONCEITUAL E EPISTEMOLÓGICO

Paulo A Cresciulo de Almeida
Aline Amoedo Correa

RESUMO

É sabido que o Lazer se apresenta nos dias de hoje, como objeto de estudo de várias áreas do conhecimento das Ciências Sociais. A Educação Física é uma delas e muitos de seus autores têm se aprofundado nas investigações e na produção de conhecimento referente ao assunto. O corpo teórico que hoje é desenvolvido nesses estudos outrora foi focalizado pela disciplina Recreação, que sempre teve significativa importância dos currículos da Educação Física. Este texto tem a pretensão de recuperar a trajetória histórica, política e epistemológica das concepções tratadas no campo, desde a época da Recreação até os dias de hoje quando disciplinas afins se identificam com os conceitos de Lazer. Os autores deste trabalho entendem que essa atualização não se restringe apenas a uma questão semântica ou de modernização do termo, mas sim, expressa concepções políticas que permearam a história da educação física, do esporte e do lazer brasileiros. As reflexões contidas nesta contribuição também manifestam preocupações em relação ao atual contexto do Lazer e os rumos que podem ser trilhados pelos trabalhos acadêmicos da área.

Palavras chave: recreação, lazer, trajetória histórica, epistemologia.

ABSTRACT

It is known that the Leisure presents itself today as an object of study in various fields of knowledge of Social Sciences. Physical education is one of them and many of its authors have in-depth investigations and the production of knowledge on the subject. The theory that today is developed in these studies was focused once the discipline Recreation, which has always had significant importance of physical education curricula. This text purports to recover the historical background, political and epistemological conceptions dealt with in the field since the days of Recreation until the day when allied subjects identify with the concepts of leisure. The authors of this paper believe that this update is not restricted to a matter of semantics or modernization of the term, but expressed political views that permeated the history of physical education, sport and leisure in Brazil. The reflections contained in this contribution also had concerns about the current context of Leisure and directions that can be trod by academic area.

Key-words: recreation, leisure, historical background, epistemology.



RESUMEN

Se sabe que el ocio se presenta hoy como un objeto de estudio en diversas áreas de conocimiento de Ciencias Sociales. La educación física es uno de ellos y muchos de sus autores investigaciones en profundidad y la producción de conocimiento sobre el tema. La teoría de que hoy se desarrolla en estos estudios se centró una vez que la Recreación disciplina, que siempre ha tenido gran importancia de los programas de educación física. Este texto pretende recuperar los antecedentes históricos, políticos y concepciones epistemológicas tratados en el campo desde los tiempos de recreo hasta el día en disciplinas afines se identifican con los conceptos de ocio. Los autores de este trabajo creen que esta actualización no se limita a una cuestión de semántica o la modernización de la palabra, pero expresaron puntos de vista políticos que impregnó la historia de la educación física, el deporte y el ocio en Brasil. Las reflexiones contenidas en este trabajo también le preocupaba el actual contexto de ocio y las direcciones que puede ser pisado por el área académica.

Palabras clave: *ócio, recreación, antecedentes históricos, epistemología.*

Um recorte histórico, ainda que superficial

Para iniciar o enfoque pretendido por este texto, a opção foi resgatar o entendimento que se tinha das práticas de lazer, seja pelas suas concepções ou pela utilização prática, na década de 30, em plena Era Vargas, cujas conjunturas políticas e sociais foram emblemáticas em nossa história. Caracterizado pelas ações assistencialistas o Estado Varguista elegeu os esportes e o lazer como um dos instrumentos de alheamento da população brasileira. A exemplo de ações como a flexibilização das relações trabalhistas, a nacionalização do samba, a legitimação da capoeira, por exemplo, as atividades recreativas também foram largamente usadas no período.

Com essa intenção foram instituídos os *parques de recreação*. Estes eram locais que objetivavam orientar as crianças em seu tempo-livre, mas como se pretendia atingir toda a família ao proporcionar os momentos de prazer, os trabalhadores adultos também eram estimulados a frequentar aqueles espaços. (Moura, 2007) Na extensa relação de iniciativas análogas, destacamos alguns acontecimentos fundamentais para que pudéssemos identificar essa lógica assistencialista. Um deles, a criação do Serviço de Recreação Operária – SRO - em 1943, pode ser considerado como um marco na implantação de tal política, pois o Serviço era vinculado ao Ministério do Trabalho.

É preciso salientar, que neste contexto nascido com o movimento de 30, as instituições de assistência social apropriaram-se das reivindicações da classe trabalhadora. O serviço social “deixaria” de ser um mecanismo da caridade privada das classes dominantes (sobretudo de segmentos ligados à ação da Igreja Católica) para se transformar em uma das engrenagens de execução das políticas do Estado e de setores empresariais. Desta forma, as bandeiras de luta da classe trabalhadora, como defesa do salário e acesso à saúde e ao lazer, seriam devolvidas sob a forma de benefícios indiretos: o que fora direito estaria sendo “outorgado” como benefício. Ao fazerem isso, Estado e empresários esvaziam o conteúdo das lutas trabalhistas, num esforço para criar as contradições nas relações de produção e controlá-lo em canais mais fechados.



Foi, portanto, segundo tais premissas que o Serviço de Recreação Operária (SRO), foi criado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho, e teve Arnaldo Lopes Süsseskind como seu primeiro presidente (Santos, 2007). Destinado a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias, tinha o objetivo de “coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração”¹. Isso possibilitava aos trabalhadores sindicalizados e suas famílias o acesso a atividades culturais diferenciadas, tais como: música, literatura, teatro, cinema, dança, excursões e esportes; o SRO lhes proporcionava a entrada em um universo de outros saberes que, de certo modo, poderiam lhes dar novas chances de melhor compreender o mundo. Ainda segundo Santos, o objetivo era atrair os trabalhadores, não apenas para os sindicatos, mas para a ideologia do trabalhismo: a autora afirma que no interior desse grande esforço é que o Serviço de Recreação Operária foi concebido.

É nessa conjuntura que a afinidade da educação física com a recreação começa a ser consolidada e aflora a preocupação em municiar os alunos das faculdades da área com o repertório de possibilidades para sua atuação profissional. Essa preparação era fundamentada na ginástica, nas modalidades esportivas e na recreação e, embora se cogitasse instrumentalizar os estudantes, isso era feito de maneira funcionalista, com princípios higienistas e eugênicos. (Mascarenhas apud Marcellino, 2003, p.15). Assim, os currículos foram elaborados com essa preocupação e eficientemente cumpriram esse papel, os de muitas instituições, até os dias de hoje.

Evidentemente, esses princípios definiam a atuação da educação física que, pela sua característica prazerosa e pela sua fina sintonia com os esportes e com o lazer, sempre teve plena simpatia das pessoas. Entretanto, o mais relevante é entender o pano de fundo dessas parcerias naquela época e que, o que transluzia era a manutenção da ordem social e a disciplinarização dos corpos. Assim, os jogos distraíam e desviavam a atenção da população ao mesmo tempo em que a ginástica enrobustecia o corpo e o preparava para novas jornadas de trabalho (idem, p.17)

Destaque-se também, que foi nessa época que aconteceram grandes concentrações populares em estádios esportivos, para onde o operariado era atraído por jogos e competições. Na verdade a finalidade desses eventos era concentrar grande número de pessoas para reverenciar o regime e muitas vezes o próprio ditador, Getúlio Vargas, que desfilava em carro aberto para seus tradicionais acenos e a reciprocidade da ovação. Fica demarcado, portanto, que no período compreendido entre 1930 e 1945 ocorre uma maior centralidade do poder por parte do governo federal, ao mesmo tempo em que se induz as massas urbanas para que se tornem mais atuantes politicamente: surge neste momento o populismo, uma importante chave para entender as relações do período

Por meio do uso de um discurso nacionalista, muitas vezes articulado enquanto contraposição aos regimes oligárquicos, esses novos líderes ofereciam uma indefinida perspectiva onde a “defesa do povo” era sobreposta a uma ideologia política mais específica. Foi dessa forma que se compreendeu a expansão do populismo na América Latina. Sendo fenômeno ambientado nas grandes cidades, o populismo se apoiou em uma visível teatralização do poder em que o líder carismático utilizava grandes eventos e novos meios de comunicação para se dirigir à nação. Nesse conjunto de ações, a criação de programas

¹ Portaria nº. 68, de 6 de dezembro de 1943. Publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC)*, nº. 113, de janeiro 1944.



assistencialistas, a inserção de leis trabalhistas e outras demais conquistas tinham a função de legitimar a instalação do populismo no poder.

Não podemos, contudo deixar de relativizar: Ferreira (2001) sustenta que, durante os chamados governos populistas, não havia uma massa ignara complacente com os encantos de espertalhões. Segundo ele, as multidões apoiavam um projeto político claro. O autor na verdade refere-se ao conceito “projeto nacional - estadista”: não à dependência estrangeira, defesa de um capitalismo nacional, presença forte do Estado interferindo nas relações comerciais e no mercado de trabalho, criação de companhias estatais estratégicas, preservação do patrimônio público e atenção à mão-de-obra.

Essas aparentes contradições, não escapam das análises dos pesquisadores da história crítica da recreação e do lazer. Vários são os autores que identificam a cumplicidade entre a massa trabalhadora e a elite dominante num processo dialético da outorga e da admissibilidade dessas ações populistas e caritativas no campo social mais geral e especificamente na área dos esportes e do lazer.

Dentre os eventos simbólicos e dignos de registro neste rol de fatos significativos que contribuíram para o “desenvolvimento estimulado” das atividades recreativas é possível mencionar, por sua forte ligação com os esportes, a propagação das sedes da Associação Cristã de Moços, a ACM. As inúmeras edificações que pipocaram em várias cidades brasileiras, contemplavam espaços para as modalidades esportivas, jogos, exercícios ginásticos, entretenimentos, etc. Assumidamente conservadora, a entidade de princípios religiosos também cumpriu seu papel junto à elite brasileira, notadamente ao final da década de 50 e nos anos 60, utilizando como elementos facilitadores para a interlocução com a população os esportes e a recreação. Cancellata (2010) dá importante contribuição ao fazer um resgate histórico da consolidação da ACM no Brasil e suas reflexões críticas nos fundamentam para ratificar a intencionalidade de sua difusão no país.

Tempos mais tarde, um dos períodos mais férteis em acontecimentos que demarcam de forma inequívoca suas características cínicas, perversas e exitosas em seus objetivos foram anos pós Golpe de 1964, a Ditadura Militar. Esse período foi registrado na nossa história como o auge da violência aos direitos humanos e da repressão a qualquer possibilidade de organização na sociedade brasileira. Sistemas de ensino, de saúde, de comunicação, entre outros foram reestruturados para impedir reações ao regime ditatorial imposto ao Brasil.

Contraditoriamente, entretanto as competições esportivas e o lazer comunitário foram estimulados em todo o território nacional e o Governo Militar, astutamente, difunde uma política nacional de incentivo ao esporte e ao lazer. Castellani Filho (1991) recupera a utilização do esporte e lazer, e a grande convivência da área da educação física, para que os militares no poder atenuassem os efeitos da ditadura sobre a sociedade. O calendário esportivo mundial conspirou contra o povo brasileiro e na Copa do Mundo de Futebol de 1970, no México, o Brasil sagrou-se Tri-campeão Mundial e o ufanismo nacional foi capitalizado pelo governo e contribuiu consideravelmente para um processo de alienação, tendo como alavanca o esporte e o lazer.

Essas ações populistas conseguiam numa perspectiva macro uma comunicação fácil com a grande massa populacional. Aliás, nunca o termo massificar foi tão usado e assimilado, inclusive pelos profissionais da área da educação física. Para se obter a convivência desses atores, a cooptação se deu via Programas e Projetos governamentais. De início citamos a implantação do Esporte Para Todos – o EPT - um projeto que nasceu na Alemanha e foi assumido pelo Departamento de Educação Física do MEC. Os pressupostos, como o próprio nome indica, eram os de sinalizar a democratização do esporte e viabilizar o



acesso a essas práticas a toda a população. Dieckert (1984), seu criador define as condições e possibilidades para um bom desenvolvimento do programa: a) conscientização através de lemas e símbolos, b) a relação dialética entre a “ação que vem de cima e a ação por baixo”, c) a formação do professor de educação física, d) a capacidade de organização da comunidade, e) o envolvimento dos clubes e f) a necessidade do espírito de cooperação. (p. 1-9)

Interessante também nos lembrarmos do “Dedinho”, um personagem cujo nome era uma alusão ao DED-MEC, o Departamento de Educação Física, e cuja função era fazer a população se motivar para o esporte. Sempre coadjuvante, a Rede Globo veiculou uma campanha nacional com o slogan “MEXA-SE”. Tudo dentro de um script voltado para a um processo de domesticação.

Coerentes com as propostas dessas políticas, ainda na década de 70, as Ruas de Recreio tiveram relevante papel de alheamento da sociedade. Espaços urbanos eram fechados nos finais de semana e os poderes públicos “proporcionavam gratuitamente” equipamentos e materiais esportivos para usufruto daquela comunidade. O que se propagava era a ida da esfera pública para as regiões mais carentes das cidades, entretanto há fortes críticas a essas iniciativas, pois elas, na visão de muitos, contribuíam para a guetificação daqueles bairros. Apesar das polêmicas e estimulados pelo governo federal esses eventos se multiplicavam pelos estados e se espalhavam pelos mais longínquos municípios.

Com a mesma lógica, podemos recordar das incursões do esporte e lazer nos programas do Projeto Rondon. Criado para “integrar para não entregar”, esta significativa ação do governo militar teve a participação efetiva dos acadêmicos de educação física, que invadiram os rincões deste Brasil para levar, de maneira assistencialista, a iniciação esportiva e as atividades recreativas, muitas vezes para populações carentes e desnutridas.

Esse conjunto de atos compartilhados entre os poderes públicos, profissionais de educação física e a população brasileira evidencia, a nosso ver, o caráter sedutor das atividades recreativas que favorece a cumplicidade necessária para a manutenção da ordem e o conforto imprescindível para um continuísmo dos projetos políticos.

Mais especificamente em relação às questões relativas ao lazer, podemos resgatar com Mascarenhas apud Sant’Anna, (2003) a sua transformação “legal” em direito social, quando passa a ser direcionado por uma política nacional. Na realidade o autor, e concordamos com ele, observa que na realidade a pretensão era dar um significado político para o ócio, diferentemente do sentido reivindicado pela classe trabalhadora desde o final do século XIX. Relevante lembrar que naquele período vigorava, e com a agressividade peculiar, a chamada Lei de Vadiagem. Era um artigo da Lei de Contravenções Penais de 1941 que enquadrava quem, sendo apto para o trabalho ficava sem fazer nada: estaria caracterizada a vadiagem. Não fazer a conexão entre os fatos pode indicar certa ingenuidade na avaliação das políticas sociais da época.

Nos anos 70, também, surgem dois símbolos do lazer em nosso país, um deles, institucional, se torna referência para espaços de atividades recreativas e esportivas e o outro, um personagem que ganhou visibilidade nacional a partir de suas contribuições internacionais para os estudos da área. Estamos falando do SESC – Serviço Social do Comércio e de Jofre Dumazedier, uma parceria proeminente que contribuiu com relevância para as concepções de lazer naquele momento, e que rendeu muitos frutos para a estrutura dominante do regime vigente à época. Mascarenhas (2003) sinaliza para o fato de que o SESC



torna Dumazedier seu ícone e de como a classe trabalhadora foi conduzida neste processo e em muitos casos teve violentada sua autonomia.

Em nossa opinião, assim como a ACM, o SESC foi fundamental para a simbologia do lazer como necessidade básica do homem, apesar de ter tratamento de componente de equilíbrio social por parte das elites brasileiras. As atividades recreativas foram, pela sua natureza, decisivas para o abrandamento das políticas governamentais nas diferentes fases históricas. Segundo Marcellino (1987), a despeito de haver grande impulso no oferecimento das ações e na dedicação aos estudos do lazer, as concepções alicerçadas naquele momento eram visões românticas, moralistas, compensatórias e utilitaristas.

Evidenciando coerência com o momento histórico se instaurou no país uma política de estímulo à massificação da graduação em educação física e houve uma proliferação das Faculdades ou Escolas Superiores da área. Só no estado de São Paulo, foram dezenas de criações, todas com processos legítimos de autorização e reconhecimento pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC. Integradas com a conjuntura, essas instituições privilegiavam a formação de profissionais tecnicistas, prevalecendo em seus currículos as disciplinas esportivizantes e acrílicas. Nesse contexto a Recreação se fortaleceu e se constituiu num importante componente pedagógico e instrumental para os objetivos da Educação Física.

Um resgate dos conteúdos da Recreação como disciplina nos auxilia a identificar os pressupostos trabalhados em todo o Brasil e que eram conexos com os clássicos objetivos da Educação Física e do Esporte. Faziam parte do repertório programático da matéria: os chamados pequenos ou grandes jogos, os jogos de salão, as gincanas, os brinquedos cantados, as bandinhas rítmicas, as aulas historiadas, as preparações para colônias de férias, etc. Largamente utilizada como apoio à iniciação esportiva, a Recreação tornavam agradáveis as sequências pedagógicas que objetivavam o aprendizado e a apreensão dos fundamentos das modalidades esportivas. Artifícios também utilizados para o “aquecimento” e a “volta à calma” essas atividades ratificavam a lógica do controle e da domesticação dos corpos.

A cadeira de Recreação também preparava seus alunos para a organização e atuação em eventos recreativos de maneira geral, tais como, Acampamentos, Ruas de Recreio, Projetos Sociais, Animação de Festas, entre outras possibilidades de oferecer entretenimento para seus usuários. As atuais reflexões epistemológicas interpretam aquelas ações como estratégias amplamente utilizadas para controlar e docilizar as crianças.

A inflexão

É sabido que as ciências, de maneira generalizada e principalmente na área de humanas ou dos estudos sociais, no final dos anos 70, com bases em reflexões críticas e epistemológicas viveram momentos de efervescência e diversos campos do conhecimento passaram a refletir sob os princípios do materialismo histórico. A ebulição previsível no mundo acadêmico também atingiu a Área da Educação Física e é importante destacar sua inflexão conceitual a partir da década de 80, quando, principalmente, Marinho (1983), Castellani (1991), e o Coletivo de Autores (1992), estimulam o meio acadêmico com as reflexões sobre a utilização das atividades físicas e do lazer e as concepções de cultura corporal propondo aquele olhar epistemológico, também para a disciplina. O resgate histórico proposto por esses autores, sem dúvida, provocou um embate nos “feudos” acadêmicos da área, a polarização se efetivou dentro do meio e, inexoravelmente, surgiu o movimento de “esquerdização” da Educação Física, até então considerada conservadora. Nesse contexto é que ganham espaço os estudos do lazer.



Marcellino (1987), um dos grandes responsáveis pela difusão desses estudos no Brasil, em sua obra *Lazer e Educação* recupera historicamente, as concepções de lazer em seus aspectos antropológicos, sociais e políticos. Já apontava o autor, entre as diferentes características do lazer, o suposto valor pedagógico das atividades recreativas assim como sua utilização para o preenchimento do tempo livre. A partir das contribuições de Requixa² e Dumazedier³ ele expressa sua conceituação de lazer como sendo “a cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. O relevante no trabalho de Marcellino, para o enfoque deste texto é o estímulo à reflexão que seus estudos provocam ao recuperar os clássicos de autores como Lafargue, Parker, Russel e Riesman que politizam a relação do lazer com o trabalho.

Essa é uma vertente dos Estudos do Lazer que tem seu espaço garantido nos aprofundamentos e investigações protagonizadas pelos autores contemporâneos e é a positiva ignição para o embate entre as concepções liberais e marxistas, acentuado em todos os campos de atuação social e, saudavelmente presente na área da Recreação e Lazer.

Outro foco de discussão que tem se apresentado para os estudiosos do Lazer, também levantado por Marcellino (1987), é a polarização entre as propostas de Educação pelo Lazer ou Educação para o Lazer. Na realidade o que se debate seria, o Lazer como meio ou como fim. Qualquer das formulações sinaliza o valor educativo das atividades recreativas e, embora por trás dessas expressões estejam embutidas concepções políticas, é isso que é fundamental neste momento para este trabalho. Polêmicas também emergiram no seio acadêmico do Lazer, com relação a proposta de Animação Cultural. As divergências se travam nas interpretações a respeito dos resultados práticos que se tem dos projetos calcados nas atuações dos animadores. Basicamente, a polarização se alimenta dos enfoques e conceitos que se tem sobre autonomia e emancipação da sociedade.

Obviamente, a proposta dos autores deste texto não é fomentar a discussão neste momento, e muito menos emitir juízo de valores sobre estas questões levantadas. O que é importante e relevante considerar é o embate de idéias e a difusão que essas reflexões têm proporcionado para os formuladores e consumidores das atuais investigações sobre o Lazer. Esse ambiente salutar da convivência democrática das diferentes concepções gerou um avanço significativo para o desenvolvimento reflexivo da área, pois já há algum tempo os atores da Educação Física e do Lazer deixaram de serem meros reprodutores de conceitos consolidados historicamente pelas elites políticas e acadêmicas de nosso país.

Nesse sentido, o que vemos hoje é ampliação do conceito de Lazer. As cadeiras que focalizam seus estudos, nas faculdades de Educação Física passaram a se denominar Estudos para o Lazer, Teoria do Lazer, Educação para o Lazer, Conceitos do Lazer ou outra denominação coerente com as ementas mais críticas, reflexivas e com as discussões epistemológicas e propositivas para uma transformação social. O Lazer hoje é área de concentração para o ensino de Pós-Graduação e são inúmeros os Núcleos de Pesquisa e Grupos de Pesquisa distribuídos pelo Brasil.

² Para Renato Requixa lazer é “ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

³ Para Jofre Dumazedier lazer é “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembarar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.



É nessa conjuntura que aparecem os estudos sobre a área das políticas públicas. Consuetudinariamente os programas e ações governamentais sempre estiveram presentes na relação entre governantes e governados. Como toda área do conhecimento, o Lazer teve – e tem - fortes influências da outorga de projetos assistencialistas e compensadores por parte das esferas do poder. A área da Educação Física e seus estudiosos do Lazer têm o mérito de levantar as críticas, proporem o debate e formularem novas propostas de intervenção, no sentido de privilegiarem a gestão democrática e participação da população nas definições de novas propostas.

Essa predisposição fica evidente ao avaliarmos as formulações inovadoras que têm se contraposto às reproduções sistemáticas, ainda presentes nas grades de programação dos eventos científicos da área do Lazer. Aliás, estas realizações ordinárias se constituem em outros privilegiados espaços de discussão e aquisição de novos conhecimentos a respeito do tema. Esses momentos de confluência deixaram de ser eventuais e passaram a fazer parte dos calendários acadêmicos dos professores e estudiosos do assunto.

A título de ilustração é possível relacionar os principais deles: o ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer), o Lazer em Debate, o Seminário de Políticas Públicas em Esporte e Lazer e a programação do GTT Recreação e Lazer do CBCE, no CONBRACE. Todos eles têm, em comum, a particularidade de reunir os pesquisadores, estudiosos e autores das questões do lazer e da recreação, que com seus textos e intervenções contribuem para a qualificação e atualização das teses a respeito.

Isso, em nossa opinião, tem sido essencial para que se possa refletir sobre essa história da Recreação e seja possível construir coletivamente novas formas de intervenções na área do Lazer, seja em seu enfoque social, ou seja, na adaptação à nova ordem instituída. É nessa perspectiva que expressamos nosso entendimento da conjuntura atual e manifestamos as ansiedades epistemológicas que nos levam a intuir alguns elementos, que embora sejam evidentes, têm a suas discussões postergadas ou evitadas pelos autores contemporâneos. Estamos nos referindo a eventuais processos de alienação, aos princípios da globalização, à implantação da lógica liberal e respectivas conexões com as propostas de lazer.

Inquietações (im)pertinentes

Utilizando a mesma expressão de Fontes (2005) quando se referia á necessidade de manifestar suas reflexões necessárias, mas desagradáveis a respeito das imposições do capitalismo e no mesmo sentido, os autores deste trabalho ousam em estimular algumas reflexões epistemológicas a respeito do futuro das pesquisas desenvolvidas e suas contribuições para o mundo do lazer.

Duas vertentes de análises podem ser contempladas no exercício reflexivo final proposto neste trabalho: um deles, a transformação irreversível do lazer em mercadoria acompanhando a tendência natural do mundo liberal e a outra seria a adesão dos encontros científicos ao instituído pelos recentes governos, ocasionando um arrefecimento dos trabalhos críticos em suas grades. Ambas as possibilidades confluem para uma conjuntura que merece uma avaliação criteriosa, especialmente por atores sociais e produtores do conhecimento novo comprometidos com uma sociedade mais justa e isonômica.

No que se refere ao primeiro foco, é oportuno resgatar a contribuição de Mészáros (2006) que sinaliza a ação deliberada da burguesia que, ao perceber a desenvolvimento inexorável do lazer por conta dos avanços tecnológicos e que, ainda havendo a incapacidade do sistema em absorver o tempo livre, ela se mobiliza para transformar esse tempo em algo rentável para o capital. Isso, a nosso ver, justificaria o espantoso crescimento da indústria do entretenimento e aderência de muitos profissionais do lazer,



críticos em algum momento, ao processo instaurado. Assessorias, palestras, cursos profissionalizantes e adequações de currículos das disciplinas afins nas Faculdades de Educação Física são algumas das ações que poderiam caracterizar essa atual conjuntura.

A outra possibilidade de análise se respalda num eventual conformismo da intelectualidade da área com o que se apresenta para os estudos do lazer. Bourdieu e Wacquant (2004) listam itens de um vocabulário que fazem parte de uma “novilíngua” e que estão presentes em todas as bocas do planeta: “globalização, flexibilidade, empregabilidade, underclass, exclusão, nova economia, pós-modernismo, etnicidade, identidade, fragmentação e governabilidade” (p. 24). Esse conjunto de palavras, que estão longe de serem desconexas, representa alguns princípios que procuram consolidar a nova tendência mundial de fornecer ao sistema a comodidade necessária para cumprir seus objetivos do projeto maior de dominação.

Sem a preocupação de impormos uma censura a essas iniciativas, pois entendemos que a ação política é o exercício da emancipação dos sujeitos, o que pretendemos é provocar uma reflexão consequente no fato de que há uma escassez de trabalhos que se contraponham a mercantilização e ao uso ideológico do lazer. Uma mera observação nas programações científicas dos eventos acadêmicos nos permite constatar que os autores dos trabalhos estão optando pela apologia ao momento promissor do mercado de trabalho, ou a aquiescência às atuais políticas públicas. Ainda que haja os espaços para o contraditório, a incidência destes autores diminuiu sensivelmente.

Uma derradeira avaliação que poderia complementar este exercício reflexivo se ampara no panorama bibliográfico que podemos inferir na contemporaneidade acadêmica nesta área do lazer: embora tenham se expandido quantitativamente, as publicações deixaram de serem críticas e propositivas de modelos alternativos, como foi outrora. Esta situação, ao nosso entendimento, é preocupante, pois pode levar seus leitores e consumidores à falsa sensação de que “tudo vai bem”, avaliação esta que diverge de nossas análises. A existência dos focos de resistência se legitima e eles se revestem de importância no momento em que provocam o debate político e conceitual acerca das questões do lazer.

O que se pretende, essencial e finalmente, com esta contribuição é estimular o debate acerca da trajetória *pari passu* do lazer e dos governos, sejam eles autoritários ou pretensamente democráticos. Lamentavelmente, as ações voltadas para o lazer sempre estiveram em compatibilidade com os princípios dominadores e se apresentaram frágeis politicamente, em ações deliberadas ou não, para tentar as tão aspiradas transformações sociais.

Bibliografia

- BOURDIEU, P; WACQUANT, L. O imperialismo da razão neoliberal. Revista Possibilidades, Goiânia: Núcleo de Pesquisa Marxista. Ano 1, n. 1, 2004.
- CANCELLA, K. B. A fundação da primeira sede da Associação de Cristã de Moços na América Latina e sua América Latina e sua Atuação como fomentadora da Prática Esportiva no Rio de Janeiro Pós-Republicano. Revista de História do Esporte. Rio de Janeiro. V. 3, n. 2, 2010
- CASTELLANI FILHO, L. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus Editora, 1991.



IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez Editora, 1992
- DIECKERT, J. Esporte de lazer: tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1984.
- FERREIRA, J (org). A invenção do populismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FONTES, V. M. *Reflexões (im)pertinentes: História e Capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.
- MARCELLINO, N C. Lazer e Educação. Campinas: Papirus, 1995.
- MARINHO, V. O que é Educação Física. São Paulo: Brasiliense, 1983
- MASCARENHAS, F. Lazer como Prática da Liberdade. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- MOURA, M. Educação Física no Brasil: uma história política. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em 15/04/2011.
- SANTOS, A. B. G. “Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.
- WAICHMAN, P. Tempo Livre e Recreação. Campinas: Papirus, 1997.

Paulo Antonio Cresciulo de Almeida
Professor do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFF
Email: palmeida@vm.uff.br, tel (21) 2629-2809

Aline Amoedo Correa
Acadêmica do Curso de Licenciatura em Educação Física da UFF
Email: aliamoedo@yahoo.com.br, tel (21) 2629-2809

Para a apresentação deste trabalho será necessário o datashow.